

# CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA CACAUEIRA DA BAHIA\*

Ana Virgínia Costa de Menezes\*\*

O objetivo desse trabalho é analisar as relações de produção vigentes na região cacaueteira levando-se em consideração não só a existência da lavoura em si, mas as relações sociais por ela geradas.

No limiar do século XX, o sistema cacaueteiro se impõe e conseqüentemente a propriedade rural a ela dedicada. Com a abertura ao mercado externo, houve automaticamente uma dependência da região ao desempenho do Sistema Econômico gerado pelo cacau. A sociedade passa então a viver em função da comercialização da safra, surgindo um relacionamento entre os grandes proprietários e os grandes comerciantes no intuito de dominação dos médios e pequenos proprietários e mais ainda dos trabalhadores desprovidos dos meios de produção.

A utilização da mão-de-obra é uma condição imposta pela própria cultura, ressaltada pelo fato de que todas as etapas do processo produtivo como o plantio, a colheita, quebra, tratamento, transporte, fermentação e secagem do cacau, são práticas executadas diretamente pela mão do homem.

A lavoura cacaueteira ainda é uma das poucas onde a mecanização não penetrou em massa.

A região é caracterizada por conflitos entre o pequeno lavrador, o grande produtor e os requerentes de posse de grandes áreas resultantes sobretudo da expansão da grande propriedade sobre as pequenas. Esse fato tem provocado uma mudança no sistema de trabalho que passa do tipo familiar para o tipo de mão de obra alugada ou contratada.

Os trabalhadores são na realidade os produtores diretos, estabelecendo com os meios de trabalho e com a natureza uma relação permanente, cujo objetivo é o salário, que passa a ser condição de sobrevivência e conseqüentemente condição de sua própria reprodução como trabalhadores.

Na região cacaueteira da Bahia, os recursos naturais ainda não foram amplamente explorados, existindo uma demanda crescente de mão-de-obra, não só condicionada pela aplicação de novos métodos à lavoura, mas também pela dinamização e expansão da fronteira agrícola interna. Sabe-se, no entanto, que a cacauicultura é feita ainda de modo tipicamente tradicional, onde a terra e a mão-de-obra são os dois principais elementos. O aumento das áreas plantadas e da mão-de-obra constitui, assim, os instrumentos primordiais para o aumento da produção.

Grande parte da força rural é constituída de trabalhadores assalariados, o que pode evidenciar, de certa forma, um rompimento na relação de dependência e submissão para com o proprietário. Até mais ou menos a segunda metade da

\* *Esse trabalho é parte integrante da pesquisa sobre a Região Cacaueteira da Bahia, publicada pela SUDENE com nº 10 da série ESTUDOS REGIONAIS realizada pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe em Convênio com a SUDENE e foi apresentado no Encontro Nacional de Geografia Agrária em Uberlândia - Dezembro de 1983.*

\*\* *Profa. do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe.*

década de sessenta, existia de forma mais intensa, uma figura denominada "contratista", com quem o proprietário fazia um acordo para a formação do caual em troca do direito de cultivar lavouras de subsistência entre as linhas das mudas de cacau, recebendo também um pagamento em moeda por "pé que vingasse". Aos poucos foi gradativamente diminuindo este tipo de relação em decorrência da modernização, da redução do absenteísmo e das pendências do proprietário capitalista com a justiça do trabalho que, para fins de reconhecimento de direito, considerava o "contratista" como assalariado. Mas essa forma tradicional ainda persiste em pequena escala, como em Camacã e Itoró, considerados arrendatários no Censo de 1980.

#### FORÇA DO TRABALHO E A IMPORTÂNCIA DO ASSALARIADO

Das 189 mil pessoas empregadas na atividade agrícola regional, segundo dados do censo de 1975, 94.623 são "responáveis e membros não remunerados da família", constituindo a grande massa de pequenos proprietários e "burareiros" que existem na região. Além desses, 91.239 pessoas são empregados assalariados, que perfazem assim 48,2% da força de trabalho. Esse percentual é bastante elevado, considerando-se as condições gerais da agricultura brasileira, onde o campesinato ainda se mantém como elemento importante para a produção do sistema. É conveniente ainda ressaltar que o trabalho assalariado teve um aumento muito maior nos cinco últimos anos da década 70, crescendo 34,2%, enquanto o trabalho da primeira categoria citada variou apenas 11,3%. Além disso, as outras categorias não explicitamente capitalistas (parceiros, "arrendatários", etc) reduziram-se de 6,1% da força de trabalho (1970) para 1,8% (1975).

A distribuição espacial dos "responáveis e membros não remunerados da família" mostra que, embora existindo no "core" da região cacauzeira vão predominar nos espaços subutilizados do litoral e na faixa oeste de maior destaque dos sistemas pastoris. Considerando-se o dinamismo dos sistemas cacauzeiros e o processo de estrangulamento das pequenas unidades de produção, é de prever um considerável aumento do trabalho assalariado na região.

Tem sido sempre elevado o contingente de assalariados na lavoura cacauzeira, e, entre 1940 e 1975, a percentagem de empregados no total da força de trabalho oscilou entre 41,7% e 52,5%.

A relação de assalariamento da força de trabalho despojada dos meios de produção se dá em todas as fases do processo produtivo e a forma mais comum é o contrato verbal, com pagamentos baseados na empreitada diária ou mensal. "A identificação de trabalhadores indiretos em cuja existência implica a maioria das empreitadas, complementa a defasagem verificada entre a mão-de-obra necessária e a utilizada. Esta complementação, no entanto, é obtida por uma forma contratual que implica basicamente em maior dotação de força de trabalho por tempo total da atividade que é o próprio sobre-trabalho". (Reis, p. 39). Percebe-se claramente, através dos depoimentos dos trabalhadores rurais e proprietários, uma tendência à expansão cada vez maior da empreitada, o que, além de vantajoso para o patrão, pode representar uma forma de melhor remuneração para o trabalhador. Embora assim justificada, sabe-se que, por trás disso, está a marca do avanço do capitalismo no campo e o avanço da legislação trabalhista que acarreta como consequência a expulsão dos trabalhadores permanentes, o assalariamento e a institucionalização do empreiteiro, fornecedor de mão-de-obra sem vínculos empregatícios.

Precisar o aumento da mão-de-obra sob a modalidade de empreitada é impossível pela forma como se processa a contratação, pois, normalmente, apenas um único elemento assume a responsabilidade de da tarefa e a seu encargo são colocadas várias pessoas, na realidade os verdadeiros executores das tarefas, que são geralmente membros da família, independentes de idade e de sexo. Apesar de se perceberem claramente as tendências para o aumento de trabalhadores dedicados ao serviço de empreitada, o número de estabelecimentos com esse tipo de serviço, segundo o censo agropecuario da Bahia, diminuiu de 12.586 (1970) para 10.162 (1975).

Em maio de 1982 a empreitada era paga a Cr\$ 200,00 pela caixa de cacau de 21 kg. O empreiteiro, após colleta, deixa toda a produção na roça, encarregando-se o administrador de mandar buscar pelos tropeiros. A verdade é que a empreitada está tão difundida que começou a se diversificar, sendo hoje utilizada em quase todas as etapas da lavoura, desde o preparo da terra ao plantio e a colheita. No entanto, sua maior utilização é na limpeza da roça.

Segundo informação de um fazendeiro da região, o serviço por diária, quando comandado por um bom cabode turma, é mais perfeito e rendoso; no entanto, a própria mão-de-obra atualmen-

te exige e, de certa forma, pressiona para que seja usada a empreitada. O em preiteiro é, em algumas situações, in divíduo especializado e com caracterís ticas marcantes, como em Coaraci e Ita juípe onde há empreiteiros urbanos res ponsáveis pela arregimentação dos bóias-frias. Constituem o que normalmente se denomina de "gato" em outras áreas do país.

A quantidade de mão-de-obra utili zada varia de acordo com a produção ou as arrobas de cacau de cada fazenda, o que vai consequentemente exigir maior ou menor número de trabalhadores, e tam bém com o trato dado à lavoura e ao pre paro do cacau. Assim, a demanda de for ça de trabalho oscila durante o ano, existindo dois extremos: a colheita e a "paradeira", e esta instabilidade ge ra uma preocupação constante com a ofer ta de mão-de-obra, do lado do produtor, e com a obtenção e manutenção do empre go, do lado do trabalhador. Essa osci lação tem sua fase aguda no período de janeiro a abril quando o trabalhador fica marginalizado, uma vez que as fa zendas geralmente não desenvolvem ou tras atividades nos períodos da entre safra do cacau, indo então procurar so breviver como vendedores ambulantes e biscateiros. Segundo informação forne cida pelo agente do IBGE em Ibicaraí, no período de "paradeira", chega-se a dispensar cerca de 50% da mão-de-obra. De fato, analisando-se dados referentes apenas à microrregião cacaueira consta ta-se que nos quatro primeiros meses do ano foram empregados, em média, 6.367 assalariados temporários, eleva da para 16.000 assalariados nos oito me ses seguintes. A amplitude total de vá riação atingiu 15.215 pessoas, com um mínimo de ocupação em fevereiro (4.668 trabalhadores) e um máximo em dezembro (19.883 pessoas). Assim, de fato, o de semprego dos trabalhadores temporários no período de entressafra chega a mui to mais de 50%.

Neste ponto, é conveniente frisar que o contingente de pessoal ocupado na atividade agrícola deve ser maior do que o anteriormente citado, visto que o bóia-fria, residente nas sedes muni cipais e povoados, nem sempre é compu tado no censo agropecuário. Aliás, en tre o pessoal empregado nos estabeleci mentos agrícolas e a população ativa dependente do setor primário, em 1970, constata-se uma diferença de 13.595 pes soas fato que não se justifica por ati vidades primárias não agrícolas. Os da dos estatísticos fornecidos pelo IBGE através do Censo Agropecuário, mostram uma redução de 34.589 para 31.445 em nú meros absolutos e de 52,4% para 34,5% em números relativos, nos anos 1970 e 1975 respectivamente, dos assalariados

temporários. Esse fato não se justifi ca porque inclusive contradiz pronta mente com o observado no campo. Em su ma, os dados de pessoal ocupado como assalariado devem ser usados como um indicador subestimado, embora não se possa também esquecer que o contingen te de bóias-frias é composto por "bura reiros".

Entre 1970 e 1975, observa-se um considerável aumento do número de assa lariados na faixa mais central da re gião, enquanto o oeste pecuarista ten de a apresentar taxas baixas ou até ne gativas. É conveniente salientar tam bém que os espaços subutilizados sofre ram consideráveis mudanças (sobretudo o setentrional), indicativas da expan são da cacaucultura em seus estabele cimentos agrícolas. Nota-se que a maior parte da zona mais cacaueira da região apresentou variação negativa no número de assalariados temporários. É bem vi sível, por exemplo, o contraste entre Ilhéus, Itabuna, Barro Preto, Camacã, Pau Brasil, de um lado, e Itororô, Flo resta Azul, Ibicaraí, Coaraci e Itapiranga, do outro. Pode-se visualizar áreas em que a concentração do bóia-fria e a formação dos grandes povoados tenha sido maior, e que, exatamente por isso, apresentem taxas negativas de vá riação de assalariados temporários.

Este regime de trabalho implica deslocamentos periódicos do contingen te humano para a região, determinando fases de concentração e dispersão popu lacional, o que dificulta a integração dos indivíduos à comunidade, não esta belecendo, portanto, laços de solidari edade. Este sistema, além de resultar na erupção de uma excrecência social, comporta ainda o perigo de a lavoura não contar com a mão-de-obra necessá ria à colheita, o que faz alguns produ tores, segundo se constatou em pesqui sas de campo, tentarem fixar um grande percentual de trabalhadores para asse gurar a mão-de-obra no período de safrã e porque também, nessa época, há um grande aumento nas diárias dependentes da oferta e procura. Embora alguns es tudiosos se venham preocupando com a escassez de trabalhadores, não se cons tatou o problema na pesquisa de campo, concluindo-se que talvez haja na reali dade uma falta de equilíbrio na manu tenção da mão-de-obra na propriedade, quando chega a colheita, talvez ocorra dificuldade de suprir a necessidade ra pidamente. Nota-se que, quanto mais próximo estiverem as propriedades da estrada ou de alguma aglomeração, tanto maior será a abundância de pessoal a seu dispor. Devido a esse fato, algu mas fazendas localizadas em áreas de difícil acesso pagam diárias mais al tas como forma de assegurar a mão-de- obra necessária.

## A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E AS CONDIÇÕES DE VIDA

A cultura cacaueteira apresenta tipos bem caracterizados e diferenciados de trabalhadores, exercendo cada um papel fundamental no desenvolvimento do processo. Há uma nítida divisão de trabalho, o que acarreta verdadeiras especializações definidas a seguir:

a) Barcaceiro - elemento responsável pela secagem do cacau nas barcaças, existente em quase todas as propriedades. Tem apenas uma espécie de ancinho como instrumento de trabalho para espalhar o cacau e a responsabilidade de não deixar molhar as amêndoas.

b) Tropeiro - encarregado de transportar o cacau em tropas de animais das roças até as casas de cocho para fermentação e, de lá, para as barcaças, onde se processa a secagem. Depois é ainda responsável pelo transporte do cacau das fazendas para o centro urbano coletor. Teve importância marcante quando as vias de comunicação eram ainda praticamente inexistentes. Com o aparecimento das estradas, o tropeiro foi também diminuindo seu raio de ação, ficando hoje apenas circunscrito ao âmbito da fazenda. De acordo com o grau de modernização das propriedades, pode trabalhar apenas no transporte das amêndoas até a estrada, de onde são levadas ao secador por carretas puxadas por tratores ou até mesmo por pequenos caminhões. No entanto, em áreas de difícil acesso, é ainda hoje o único meio utilizado, para deslocar a produção até o secador. Pode ser vinculado à fazenda, executando outros serviços quando não há nada a transportar, ou como ocorre na maioria das vezes, ser apenas contratado para o serviço, sem vínculo empregatício com o estabelecimento.

c) Cabo de turma - Também conhecido por turmeiro, é um trabalhador escolhido entre os demais para ajudar o administrador na execução e na boa ordem das tarefas. Geralmente recebe o mesmo salário que os demais trabalhadores para evitar atritos, mas é sempre agraciado com presentes e gratificações. É por demais importante a sua capacidade de coordenar os trabalhos, pois o rendimento dos que estão sob seu comando está diretamente ligado a esse fator.

d) Tirador - Utiliza-se das próprias mãos ou de uma vara com gancho na extremidade para retirar os frutos maduros. Após a retirada, o cacau é amontoado entre os espaços dos cacauzeiros. É um indivíduo que não apresenta especialidade única, pois na época da limpa e na "paradeira" realiza ou

tras tarefas. O trabalho feminino é bastante utilizado nesta categoria pelo fato de não exigir muito esforço físico. O pagamento é feito em diversas modalidades, sendo as mais comuns a diária ou o pagamento por produção (por frutos retirados).

e) Cortador - Como a parte do fruto utilizada é a amêndoa, há necessidade de um elemento responsável pela sua retirada. Na maioria dos casos, o trabalho é realizado em dupla, com um indivíduo cortando o cacau e o outro retirando a amêndoa. É uma tarefa que exige antes de tudo habilidades e prática, daí se constituir numa verdadeira especialização, havendo em toda fazenda trabalhadores a ela dedicados.

f) Administrador - É o elemento de ligação entre o proprietário e os trabalhadores, responsável pela política traçada pelo proprietário, pois é justamente quem a põe em prática. Recebe normalmente um salário mensal e, em alguns casos, gratificações e participação no lucro do estabelecimento. Normalmente tem residência fixa na fazenda, tendo moradia melhor que as dos demais trabalhadores. Constitui o traço de separação entre o proprietário e a massa de trabalhadores.

g) Gerente - É o responsável pela unidade de produção, em ordem hierárquica, depois do proprietário. De longa experiência em cacauicultura, tem geralmente idade avançada e é responsável pelo bom andamento da propriedade como um todo. Não é comum existir em toda unidade produtiva, só aparecendo em grandes fazendas com proprietário absenteísta. Segundo informações na área, muitos gerentes estariam conseguindo um alto salário com a gerência simultânea de duas ou três fazendas. Residem nas cidades próximas e mantêm um certo padrão de vida. É conveniente notar que nos municípios situados mais a oeste, pode haver dois gerentes na mesma fazenda, um cuidando dos problemas do cacau e outro do gado.

Todos esses elementos se constituem componentes da estratificação social da fazenda de cacau, que tem como vértice o proprietário e como base os trabalhadores assalariados com maior grau de dependência. Esses trabalhadores que acabamos de caracterizar, são, na realidade, os produtores diretos que estabelecem uma relação muito forte com os meios de trabalho e a natureza, sendo o produto desta relação "objetivamente o salário, que passa a ser condição de sobrevivência, e consequentemente condição de sua própria reprodução como trabalhador". (Ibid., p. 33). A cultura do cacau na realidade, foi e

é, de um modo geral, produto do trabalho assalariado.

Na área em análise, embora a predominância seja do cacau, podemos encontrar áreas onde existe a pecuária, que quase sempre não merece destaque salvo em municípios onde predominam os sistemas pastoris. Nestes casos ocorre uma relação de trabalho característica, pois mesmo quando coexistem numa mesma propriedade o gado e o cacau, há uma divisão nítida de trabalho. Quanto ao pagamento, tanto na pecuária quanto no cacau e nos cultivos diversos, o trabalhador recebe a mesma diária vigente na região.

Constata-se hoje uma diminuição crescente do número de empregados fixos nas fazendas; num sistema cada vez mais tipicamente capitalista de venda da força de trabalho, acabando por acarretar um abaixamento das condições de vida do assalariado rural. A presença e extensão da legislação trabalhista no campo foi fator que acelerou a utilização do trabalho temporário, e esse fato começou a se evidenciar há cerca de três anos, mudando consequentemente o quadro da situação do trabalhador rural. Antes era comum a moradia no local de trabalho, e ainda podem ser vistos conjuntos de residências abandonadas nas sedes das grandes fazendas. Com essa sistemática, passou a haver, então, um deslocamento constante da força de trabalho, acarretando, por conseguinte, o aparecimento do trabalhador volante (que mais facilmente fica a descoberto dos benefícios do Estatuto do trabalhador Rural).

Os volantes têm problemas sérios de instabilidade, pois é normal o produtor mantê-los apenas por cerca de oito meses, para evitar pagamento de indenização, caso tenha que dispensá-los.

É hoje grande o número de trabalhadores rurais residentes nos povoados e cidades, em verdadeiras favelas, de condições precárias; deslocam-se a pé ou em caminhões até as fazendas, passam o dia trabalhando com péssima alimentação e, à noite, retornam à subabitação. São por excelência os trabalhadores de mais baixo padrão, pois arcam com despesas de água, luz e alimentação típicas dos aglomerados onde residem e que não existiam antes, quando a moradia era na fazenda.

O trabalho feminino é importante na região, sendo encontrado um contingente de 53.612 mulheres com essa atividade, ou seja, 28,3% do pessoal ocupado. Submetem-se a uma exploração maior do que a dos homens. Normalmente não possuem carteira assinada, e seu salário é de 50 a 60% do percebido pelo ho-

mem. Em maio de 1982 recebiam uma diária de Cr\$ 250,00 a Cr\$ 300,00, enquanto a vigente para o homem estava na faixa dos Cr\$ 450,00. Como é de esperar, há uma concentração da força de trabalho feminino na categoria dos responsáveis e membros não remunerados da família, embora também perfaçam 19,87% do total de trabalhadores assalariados da área em análise, pois muitos proprietários afirmam que a produção da mulher em algumas tarefas é superior à do homem, sendo muito apreciado na retirada do fruto e na limpeza da roça.

As habitações da população fixa variam muito de aspecto, dependendo da importância da propriedade. De maneira geral, é bastante precária, existindo, no entanto, em algumas, principalmente nas grandes, casas de tijolos com telhas e instalações sanitárias. Entretanto, na maioria das vezes, os proprietários descontam cerca de 20% do salário a título de aluguel. Os trabalhadores solteiros geralmente moram em grupos de quatro ou cinco, em casas ou em baixo das barcaças, em péssimas condições, pois não há divisórias e o cheiro forte do cacau secando é prejudicial à saúde. Daí a preferência de alguns proprietários por trabalhadores sem família. Nota-se que a residência de famílias sob as barcaças praticamente desapareceu pela preocupação de evitar que a fumaça produzida pelos fogões impregne o cacau e lhe restinja a qualidade. Em algumas unidades mais isoladas, mantém-se ainda o sistema de "vendidas" ou "despesas", onde o trabalhador pode fazer suas compras.

"As precaríssimas condições do trabalhador nessas fazendas, são ilustradas por um pequeno exemplo: "nunca o trabalhador ali come pão... É que o salário vai todo para pagar a "despesa" e ele só recebe pequeno saldo no fim do mês — o pão é vendido a dinheiro... A despesa é prejudicial ao trabalhador, e em certas fazendas se o indivíduo não quiser fazer suas compras na despesa é mandado embora. Em épocas de crises do cacau, as vendas se multiplicam; o proprietário procura amenizar seus prejuízos de baixa de produção e falta de preços do cacau vendendo gêneros alimentícios para seu próprio trabalhador. Dessa maneira não faz despesas com salários.

"Em algumas fazendas em que há trabalhadores casados, as mulheres, às vezes, criam galinhas e fazem pequenas plantações no fundo do quintal. Contudo, o mais comum é o trabalhador não ter nenhuma plantação para sua subsistência, ficando dependente dos gêneros

ros que têm condições de comprar nas despensas ou nas feiras, com seus baixos salários; não vão plantar para que outros aproveitem uma vez que nunca sabem quanto tempo permanecerão nesta ou naquela propriedade". (Silva, 1972, p. 58).

Um produtor em Ubaitaba assim definiu o trabalhador rural da região:

"é altamente conformado e tendo o que encher a barriga não quer mais trabalhar; por isso que é costume não se deixar cultivar outras coisas, inclusive fruteiras"

Narrou também casos de produtores que mandam cortar o cacho da banana antes do tempo, para que os trabalhadores não se satisfaçam comendo a fruta e percama o estímulo para trabalhar. De fato, dificilmente os trabalhadores de cacau têm acesso a áreas para plantio, pois o custo das terras é muito alto e as atividades das fazendas requerem mesmo o tempo marginal dos trabalhadores permanentes. Algumas fazendas adotam o sistema de dar aos trabalhadores a metade da mandioca usada para o sombreamento. Assim, muitas vezes, o assalariado é simultaneamente também parceiro do proprietário.

Não é muito comum na área em estudo a presença de formas de campesinato dependente, como o parceiro e o arrendatário, o que talvez se justifique pela própria características do sistema econômico, apoiado em um produto agrícola de exportação. Aliás, essas formas estão em franco desaparecimento. De fato, com base em dados fornecidos pela Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, verifica-se que 88,1% dos estabelecimentos têm como responsável o proprietário (seja a propriedade legitimada ou não) perfazendo uma área de quase 3 milhões de hectares (96,6% do total) e também que somente 3,0% dos estabelecimentos, com área de 48.024ha se apresentam sob condições de parceria ou arrendamento, correspondentes apenas a 1,7% da área dos estabelecimentos.

É para a presença de escolas, encontradas apenas em algumas propriedades, muito embora a lei exija a sua existência em unidades com mais de cem famílias. As igrejas são encontradas unicamente nas fazendas antigas.

Quase não há distrações para os trabalhadores; em algumas, as festas religiosas ou de outro gênero são proibidas para evitar excesso de bebidas que sempre provocam conflitos. A distração

é tocar viola, pandeiro, acordeão ou ir para a roça apanhar jaca, pescar ou matar passarinho. Em algumas propriedades, há campos de futebol.

A presença dos sindicatos rurais é fato comum em quase todos os municípios; no entanto, são pouquíssimos os realmente atuantes, pois, na maioria das vezes, não são vistos como órgãos de luta, mas simplesmente como entidades que protegem o trabalhador, numa perspectiva puramente assistencialista. Alguns são antigos e mais atuantes, como os de Ilhéus, Itajuípe, Ubaitaba, Itãpiranga e Camacã, entre outros, que já possuem um certo grau de fortalecimento e organização. A bandeira de luta do sindicalismo rural prende-se quase sempre apenas à reivindicação salarial e de condições de trabalho mais dignas, não, a uma pressão pela reforma agrária, pois o problema da falta do meio de produção se constitui preocupação para a massa trabalhadora, mais preocupada com salário.

O grau de pobreza é elevado, embora se perceba que, talvez devido à sua própria condição cultural onde o analfabetismo impera, o trabalhador nem sente essa deficiência, ressaltando, de modo geral, só uma insatisfação no que toca ao nível de remuneração, mas mesmo assim mais em termos de lamento do que uma forma de luta, de fonte de mudança.

Sociologicamente, podemos frisar que estão num estado de "classe em si", não evoluindo, no entanto, para o de "classe para si". Grosso modo, só conseguem enxergar uma forma de melhorar de vida através da boa vontade dos patrões e da intervenção do Estado. Percebe-se que as suas aspirações são, na sua maioria, de natureza basicamente econômicas.

Com a existência do Estatuto da Terra e, conseqüentemente, com a legislação do trabalho rural, pode-se verificar alguma pequena modificação no grau de passividade da força de trabalho, como nesta assertiva (Reis, 1976 pág. 39):

"... verifica-se que as maiores freqüências em todo o período são tão relacionadas a questões de aviso prévio, férias e 13º salário.

Observa-se ainda um crescimento marcante, nos últimos 7 anos, de processos referentes a "anotações em carteira". Estas reclamações, que até 1968 não atingiam a proporção de 1%, corresponderam, em 1974, a 7,39 do total de processos."

No entanto, apesar de parte dos trabalhadores começarem a atingir um

grau de conscientização reivindicando direitos ou, pelo menos, tendo conhecimento deles, a situação ainda é bastante crítica e urge analisá-la para detectar claramente os pontos de entrave e reivindicar um melhor posicionamento dos responsáveis pelo sistema.

#### REFERÊNCIAS

REIS, Ana Maria Branchi dos (1976), *mão-de-obra e Elementos de Relações de Produção*, in CEPLAC-IICA *Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira*, vol. 11. Ilhéus.

SILVA, O. R. da (1972). *Produtores de Cacau da Bahia, Caracterização Sócio-Econômica, Tese de Mestrado*, F.F.L.C.H., USP, São Paulo.

#### BIBLIOGRAFIA

BALARDI, Amílcar (1981), *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueira da Bahia, Dissertação de Mestrado apresentada ao CpDD-F.G.V., Rio de Janeiro, mimeografada*.

GARCEZ, Angelena Nobre Rolem e Freitas, Antonio Fernando G. de (1975), *História Econômica e Social*, in CEPLAC-IICA, *Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira*, vol. 8, Ilhéus.

PEIXOTO, José Carlos S. (1967), "Alguns aspectos das Comunidades Rurais da Região Cacaueira", *Cacau Atualidades*, vol. 4 nº 1, pp. 14/15.

RAMALHO, Helomar Duarte (1977) "Escassez de mão-de-obra na Região Cacaueira da Bahia - Fatores Condicionantes" *Boletim Técnico (CEPLAC)* nº 57.

SÁ FILHO, G. M. de (1970) "Relação de trabalho na Região Cacaueira da Bahia - Análise Sociológica da População Rural", *Introdução à Região Cacaueira da Bahia*, CEPLAC, vol. 3.

SILVA, José Vidal (1974) "Escassez de mão de obra: uma incógnita", *Cacau Atualidades*, vol. 11 nº 3, p. 27.

#### ABSTRACT

This paper studies the production relationship in the cocoa region of Bahia and the changes which there occur by reinforcement of the capitalistic system.

The cocoa crop is characterized by its traditional aspects, in which land and labor are the principal elements to production increase. This way, the salaried work has a strong position in the area, totalizing almost 50% of employees. In the area is observed the increase of labor by previous contract, showing the advance of more capitalistic forms of exploitation and of rural laws.

Its normal the seasonal migration of labors to the cocoa region, which provokes different phases of labor supply and much different daily salaries.

The cocoa system presents a firm labor stratification having in the top the farm owner and in the base the hired workers. The poverty degree of population is still too high, and concrete acts must be improved to change this situation.